

PMS / FMLF BIBLIOTECA	
Jornal: <i>Tribuna da Bahia</i>	
Data: <i>15 e 16/08/09</i>	
Caderno: <i>Salvador</i>	Página: <i>11</i>
Seção:	
Assunto: <i>mercado / Feir</i> <i>feira de São Joaquim</i>	

FOTO: FRANCISCO GALVÃO



Comerciantes temem que intervenção contra a insalubridade do local gere o fim da feira que existe há 45 anos e ajuda a sustentar sete mil famílias

Feirantes resistem a deixar São Joaquim

MP quer retirada dos comerciantes do local até que a prefeitura realize intervenções

ROBERTA CERQUEIRA

Surpresos com a decisão do Ministério Público de interditar a Feira de São Joaquim e retirar, provisoriamente, os comerciantes do local, por causa das más condições do local e dos riscos para a saúde pública, os feirantes dizem que não deixarão o espaço. Eles temem que a medida ponha fim

à feira que tem 45 anos de existência, e que dá emprego para mais de sete mil famílias.

Autora da ação civil pública, a promotora de Justiça, Joseane Suzart disse que a medida tem caráter emergencial, já que a precariedade em que a feira se encontra oferece riscos a seus comerciantes e frequentadores, que segundo o Sindifeira (Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador), chegam, diariamente, a mais de 22 mil pessoas. A promotora solicita, da prefeitura, a imediata transferência dos feirantes para um local adequado, até que as reformas

sejam concluídas.

"Não pretendemos prejudicar essas pessoas, queremos apenas afastá-las dos riscos, transferindo-as para um lugar mais seguro, até que a feira passe por todas as intervenções necessárias", disse Suzart, que aguarda despacho do juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, à ação, ajuizada pelo MP, desde outubro do ano passado.

De acordo com a promotora, a feira apresenta carência de infra-estrutura, limpeza, segurança e instalações comerciais adequadas. Um dos maiores problemas identificados, segundo ela, é um sistema de drenagem pluvial deficiente e

águas residuais, resultados das atividades desenvolvidas no local e da disposição inadequada de resíduos sólidos, além da ausência de limpeza e manutenção das valas. "Em razão disso, muitas vezes os resíduos são lançados diretamente ao mar", ressalta.

Outro fator que compromete a segurança dos feirantes e consumidores, segundo Suzart é a deficiência na estrutura elétrica da feira, que incluem "gatos", gambiarras e fiação elétrica improvisadas podendo causar curtos-circuitos e acidentes graves.

A denúncia do MP, abrange a desorganização na ocupa-

ção dos espaços e a falta de fiscalização, pelos órgãos competentes. "Observa-se a omissão de vários órgãos que seriam responsáveis pelas melhorias na feira, onde centenas de vidas são expostas diariamente a riscos de saúde e segurança", enfatiza a promotora de Justiça, apontando ainda condições inadequadas dos equipamentos de refrigeração, o acondicionamento de alimentos e dos próprios produtos comercializados.

Além da prefeitura, pela qual respondem à ação a Secretaria Municipal de Serviço Público (Sesp), Superintendência de Controle e Ordena-

mento do Uso do Solo do Município (Sucom), Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap), e Vigilância Sanitária Municipal (Visa), também são responsabilizados pelas más condições a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Associação de Carnes e Vísceras da Feira de São Joaquim (Ascarvi), Sindifeira, Associação dos Feirantes da Cidade de Salvador (APFAS) e Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Feirantes vendem de tudo na tradicional feira abastecendo comerciantes da cidade

Plano de requalificação já tem 4 anos

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), em ofício encaminhado ao MP, assegurou ter realizado a elaboração de projetos para a requalificação da feira, que não foram efetivados pelos órgãos competentes. A promotora informa que, desde 2005, a feira vem sendo

ene e apresentação de roupas adequadas e busque parcerias com entidades que ministrem cursos gratuitos aos feirantes. Já a Sesp, deve ser obrigada a administrar e fiscalizar de forma efetiva a Feira de São Joaquim, estabelecendo um padrão de barracas para exposição de produtos, promovendo a es-

cretaria de Turismo, através de um investimento de R\$ 32 milhões, do governo federal.

"A previsão é que as obras levem 18 meses. Se ficarmos este tempo longe da Feira de São Joaquim, perderemos a nossa clientela", reforça, destacando a importância da fei-



Comerciantes temem que intervenção contra a insalubridade do local gere o fim da feira que existe há 45 anos e ajuda a sustentar sete mil famílias



Feirantes resistem a deixar São Joaquim

MP quer retirada dos comerciantes do local até que a prefeitura realize intervenções

ROBERTA CERQUEIRA

Surpresos com a decisão do Ministério Público de interditar a Feira de São Joaquim e retirar, provisoriamente, os comerciantes do local, por causa das más condições do local e dos riscos para a saúde pública, os feirantes dizem que não deixarão o espaço. Eles temem que a medida ponha fim

à feira que tem 45 anos de existência, e que dá emprego para mais de sete mil famílias.

Autora da ação civil pública, a promotora de Justiça, Joseane Suzart disse que a medida tem caráter emergencial, já que a precariedade em que a feira se encontra oferece riscos a seus comerciantes e frequentadores, que segundo o Sindfeira (Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador), chegam, diariamente, a mais de 22 mil pessoas. A promotora solicita, da prefeitura, a imediata transferência dos feirantes para um local adequado, até que as reformas

sejam concluídas.

"Não pretendemos prejudicar essas pessoas, queremos apenas afastá-las dos riscos, transferindo-as para um lugar mais seguro, até que a feira passe por todas as intervenções necessárias", disse Suzart, que aguarda despacho do juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, à ação, ajuizada pelo MP, desde outubro do ano passado.

De acordo com a promotora, a feira apresenta carência de infra-estrutura, limpeza, segurança e instalações comerciais adequadas. Um dos maiores problemas identificados, segundo ela, é um sistema de drenagem pluvial deficiente e

águas residuais, resultados das atividades desenvolvidas no local e da disposição inadequada de resíduos sólidos, além da ausência de limpeza e manutenção das valas. "Em razão disso, muitas vezes os resíduos são lançados diretamente ao mar", ressalta.

Outro fator que compromete a segurança dos feirantes e consumidores, segundo Suzart é a deficiência na estrutura elétrica da feira, que inclui "gatos", gambiarras e fiações elétricas improvisadas podendo causar curtos-circuitos e acidentes graves.

A denúncia do MP, abrange a desorganização na ocupa-

ção dos espaços e a falta de fiscalização, pelos órgãos competentes. "Observa-se a omissão de vários órgãos que seriam responsáveis pelas melhorias na feira, onde centenas de vidas são expostas diariamente a riscos de saúde e segurança", enfatiza a promotora de Justiça, apontando ainda condições inadequadas dos equipamentos de refrigeração, o acondicionamento de alimentos e dos próprios produtos comercializados.

Além da prefeitura, pela qual respondem à ação a Secretaria Municipal de Serviço Público (Sesp), Superintendência de Controle e Ordena-

mento do Uso do Solo do Município (Sucom), Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap), e Vigilância Sanitária Municipal (Visa), também são responsabilizados pelas más condições a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), Associação de Carnes e Vísceras da Feira de São Joaquim (Ascarvi), Sindfeira, Associação dos Feirantes da Cidade de Salvador (AFFAS) e Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Feirantes vendem de tudo na tradicional feira abastecendo comerciantes da cidade

Plano de requalificação já tem 4 anos

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), em ofício encaminhado ao MP, assegurou ter realizado a elaboração de projetos para a requalificação da feira, que não foram efetivados pelos órgãos competentes. A promotora informa que, desde 2005, a feira vem sendo objeto de um Plano de Requalificação proposto pela prefeitura, que mas, afirma que "até hoje, não há registro de implementação nem mesmo do Plano de Ação Emergencial". O MP pede, ainda, que a Coelba reestruture a rede elétrica da feira, melhorando a iluminação, para os feirantes e que a Embasa realize o assentamento das redes distribuidoras de água e coletas de esgotos, além do abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente e que a SPU coopere de forma efetiva na administração da feira, zelando pela sua conservação, fiscalização e manutenção do espaço.

Joseane Suzart requer, também, que o Sindfeira adote ações que tornem efetivas medidas de segurança aos feirantes, através de serviços médicos, zelando também pela higi-

ene e apresentação de roupas adequadas e busque parcerias com entidades que ministrem cursos gratuitos aos feirantes. Já a Sesp, deve ser obrigada a administrar e fiscalizar de forma efetiva a Feira de São Joaquim, estabelecendo um padrão de barracas para exposição de produtos, promovendo a cobertura da feira, além de setorizá-la, para possibilitar a melhor localização dos diversos produtos existentes.

Procurado pela reportagem da **Tribuna da Bahia**, Joel Anunciação, presidente do Sindfeira, entidade que representa os feirantes da localidade, disse que a categoria foi pega de surpresa pelo MP. "Sabemos da necessidade de reformas da feira, mas somos contra a nossa transferência, ninguém quer sair do seu local de trabalho, isto acabaria de vez com a Feira de São Joaquim", garante.

Para ele, as intervenções podem ser realizadas sem retirar os feirantes do local. "É só ir fazendo por partes, deslocando os comerciantes dentro da própria feira", diz, aguardando a concretização de um projeto de revitalização da feira, proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural da Bahia (Iphac), que deverá ser executado pela Se-

cretaria de Turismo, através de um investimento de R\$ 32 milhões, do governo federal.

"A previsão é que as obras levem 18 meses. Se ficarmos este tempo longe da Feira de São Joaquim, perderemos a nossa clientela", reforça, destacando a importância da feira, um dos maiores mercados a céu aberto da capital baiana. "Abastecemos comerciantes de toda cidade e também os moradores da Cidade Baixa".

A Feira de São Joaquim foi criada após um incêndio que destruiu, em 1964, a antiga Feira de Água de Meninos, se fazendo necessária a transferência dos feirantes para a Avenida Oscar Pontes. No mesmo ano, a prefeitura celebrou um Termo de Permissão de Uso com o Sindfeira, que até hoje é responsável pela sua gestão e intervenção na qualificação dos feirantes. Em 13 de julho de 2006, a SPU efetivou a incorporação ao Patrimônio da União de toda a área da Feira de São Joaquim. Em outubro de 2007, o governo do estado e o governo federal, através do Ministério da Cultura, firmaram um convênio de cooperação técnica e financeira visando a elaboração de Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim.